

---

# Comentários

**A**s informações da PNAD ora divulgadas retratam a situação socioeconômica brasileira no segundo ano desta década e, juntamente com a série de seus resultados anteriores, possibilitam acompanhar, desde o âmbito nacional até o metropolitano, a evolução ocorrida no País em termos demográficos, educacionais, de habitação e trabalho.

Cabe lembrar que a PNAD não abrange a área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá e que as estatísticas apresentadas para a Região Norte referem-se somente à área urbana. Ainda que, de acordo com o Censo Demográfico 2000, a parcela não coberta pela PNAD representasse somente 2,1% da população do País, deve-se ter presente que os resultados referentes à Região Norte e a esses seis estados dos sete que a compõem não refletem a influência da sua expressiva componente rural, o que afeta a comparação com as demais regiões e Unidades da Federação. O Censo Demográfico 2000 mostrou que cerca de 30% da população da Região Norte residia em área rural.

## Condições de habitação e posse de bens duráveis

As condições de atendimento das moradias por determinados serviços e a posse de alguns bens duráveis de importância na atualidade refletem-se no nível de bem-estar da população em termos de saúde, conforto e acesso à informação.

Constatou-se que, de 2001 para 2002, os serviços de esgotamento sanitário, água, coleta de lixo, eletricidade e telefone continuaram ampliando a sua cobertura, sendo que o último apresentou aumento expressivamente maior que os demais.

O incremento constatado de 2001 para 2002 no número de domicílios com linha telefônica (fixa ou móvel), embora tenha sido muito elevado (7,0%), não manteve o ímpeto de crescimento do período de 1993 a 2001, situando-se no mesmo patamar do aumento ocorrido de 1992 para 1993. O aumento da oferta do serviço de telefonia fez com que o percentual de domicílios com linha telefônica, que estava em 19,0%, em 1992, alcançasse 61,6%, em 2002. De 2001 para 2002, verificou-se que o número de domicílios atendidos unicamente por linha móvel celular apresentou elevação de 15,4%, o que pode estar indicando o uso deste tipo de linha, importante para a comunicação fora da moradia, para suprir a falta da linha fixa. Em 8,8% moradias havia somente linha móvel celular em 2002.

O serviço que apresentava maior cobertura continuou sendo o de iluminação elétrica. De 2001 para 2002, a taxa de crescimento dos domicílios com iluminação elétrica apresentou crescimento considerável (2,9%), ainda que tenha sido menor que a das residências atendidas pelos demais serviços. Em 11,2% das habitações não havia iluminação elétrica em 1992 e, dez anos depois, este percentual diminuiu para 3,3%.

De 2001 para 2002, o número de moradias que contavam com serviço de coleta de lixo aumentou em 4,2%. Em 1992, um terço das residências não eram atendidas por serviço de coleta de lixo e, em 2002, esta parcela ficou em 15,2%.

Quanto às condições de saneamento básico, em 2002, havia 18,0% das moradias que não eram atendidas por rede geral de abastecimento de água e 31,9% que não dispunham de esgotamento sanitário adequado (existente quando a instalação sanitária é ligada a rede coletora de esgoto ou a fossa séptica). Estes percentuais estavam, respectivamente, em 26,4% e 43,3%, em 1992. A abrangência da rede coletora de esgoto, ainda que tenha aumentado em dez anos, manteve-se como o serviço que apresentava a menor cobertura entre os pesquisados.

Em todas as regiões foram observadas melhorias na abrangência dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação elétrica e telefonia, entretanto, ainda perduraram diferenças marcantes. A Região Sudeste continuou detendo os melhores resultados, ficando os da Nordeste no outro extremo, nitidamente distanciados dos alcançados nas demais regiões. A proporção de domicílios dotados de esgotamento sanitário adequado da Região Centro-Oeste ficou pouco acima da referente à Região Nordeste e ambas ficaram muito afastadas daquelas das Regiões Sul e Sudeste. Na comparação não foram considerados os resultados da Região Norte, uma vez que não retrataram a situação do seu total urbano e rural.

No que concerne à estrutura das habitações, constatou-se tendência de declínio na proporção de moradias rústicas, assim denominadas as habitações cujas paredes externas foram construídas com material classificado como não-durável, por não ser apropriado para edificação (madeira aproveitada de embalagens, taipa não-revestida, adobe, palha, etc.). De 1992 para 2002, no total dos domicílios particulares permanentes, a proporção de habitações rústicas diminuiu de 5,4% para 2,7% e esta queda pode ser vista como um indicativo de melhoria na qualidade das moradias. Apesar de este indicador

**Tabela 1 - Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - Brasil - 1992/2002**

Ano	Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Rede geral de abastecimento de água						
1992	73,6	70,5	55,2	86,2	72,7	66,6
1997	77,7	69,7	62,5	88,1	78,9	71,4
2002	82,0	63,8	70,6	91,0	83,0	76,8
Esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica)						
1992	56,7	40,8	29,8	76,6	58,5	33,6
1997	62,5	50,5	34,7	82,3	64,8	40,9
2002	68,1	57,8	42,8	85,6	72,9	45,0
Lixo coletado						
1992	66,6	56,2	43,7	80,0	70,8	63,4
1997	76,3	72,5	55,1	87,1	80,9	78,9
2002	84,8	88,1	68,4	93,6	85,4	85,8
Iluminação elétrica						
1992	88,8	92,8	73,2	96,0	94,0	88,4
1997	93,3	97,3	82,6	98,1	97,1	93,7
2002	96,7	98,5	90,9	99,2	98,5	96,7
Telefone						
1992	19,0	18,6	9,3	24,7	18,9	19,3
1997	27,9	23,5	15,9	34,3	28,8	32,2
2002	61,6	52,9	37,4	72,6	71,1	64,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

ter apresentado redução em todas as regiões, em 2002 o resultado da Região Nordeste (7,0%) manteve-se muito distanciado dos encontrados para as Regiões Sudeste (0,8%), Sul (1,3%) e Centro-Oeste (1,8%).

O racionamento de energia que vigorou no País em parte do ano de 2001 determinou mudanças nas decisões das famílias em relação à compra e à manutenção de determinados bens. A necessidade de economizar energia conduziu à forte desaceleração no crescimento dos domicílios dotados de *freezer*, uma vez que este não é um bem tão essencial quanto à geladeira. Em 2002, ainda que não tenha havido racionamento de energia, o aumento em relação ao ano anterior no número de domicílios dotados de *freezer* foi insignificante (0,7%) igual à variação média anual, ocorrida de 1999 para 2001. Em decorrência, em 2002, o percentual de moradias com este bem continuou a mostrar sentido de queda. Por outro lado, o número de habitações dotadas de geladeira continuou mantendo crescimento acentuado (4,1% de 2001 para 2002). A taxa de crescimento dos domicílios com geladeira de duas portas foi muito mais alta que a das moradias com geladeira de uma porta. Este resultado indicou que continuou a haver maior opção das famílias por geladeira de duas portas em lugar do *freezer*. O percentual

de moradias com *freezer*, que estava em 12,3%, em 1992, alcançou 19,7%, em 1998, estabilizou-se, em 1999, e declinou para 18,5%, em 2002, enquanto o de habitações com geladeira subiu continuamente, passando de 71,5% para 86,7% em dez anos.

O número de moradias com máquina de lavar teve crescimento relevante de 2001 para 2002 (3,1%), embora tenha sido inferior aos ocorridos de 1992 a 2001. De 1992 para 2002, o percentual de domicílios com máquina de lavar roupa subiu de 24,1% para 34,0%.

Em 1999, devido ao crescimento no número de moradias com rádio ter sido menor que o do total de moradias, o percentual de domicílios em que havia este bem já mostrava retração em relação ao do ano anterior, mas ainda superava o de domicílios com televisão, que mantinha trajetória ascendente. Em 2001, o percentual de moradias com televisão ultrapassou o de habitações com rádio. De 2001 para 2002, o número de domicílios com rádio apresentou crescimento pouco intenso (2,1%), a exemplo do ocorrido de 1999 para 2001, conseqüentemente, o percentual de moradias com este bem se afastou um pouco mais daquele referente às habitações dotadas de televisão. A participação das habitações

**Tabela 2 - Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - Brasil - 1992/2002**

Anos	Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Geladeira						
1992	71,5	68,5	44,0	84,1	82,6	71,3
1997	80,3	76,9	56,6	90,9	89,8	81,3
2002	86,7	84,0	67,5	94,7	94,5	89,3
Freezer						
1992	12,3	10,8	4,0	12,1	26,0	14,3
1997	18,8	17,6	7,0	20,0	34,2	20,1
2002	18,5	17,1	7,5	18,8	35,0	19,3
Máquina de lavar roupa						
1992	24,1	16,2	4,3	31,9	35,1	27,1
1997	31,7	24,5	8,2	42,2	45,0	25,5
2002	34,0	23,4	9,7	44,7	48,6	27,3
Rádio						
1992	84,9	71,5	72,8	91,0	92,3	82,1
1997	90,3	79,9	83,3	94,3	94,8	87,2
2002	87,9	73,5	80,1	92,5	93,5	84,4
Televisão						
1992	74,0	71,8	49,9	85,7	82,1	72,4
1997	86,2	85,8	72,3	93,2	90,6	84,8
2002	89,9	88,3	79,9	94,9	93,3	89,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

com rádio estava em 84,9%, em 1992, alcançou seu máximo (90,4%), em 1996 e 1998, e caiu para 87,9%, em 2002. Já o percentual de domicílios com televisão ascendeu continuamente, tendo passado de 74,0%, em 1992, para 89,9%, em 2002.

Em 2001, ano em que se passou a pesquisar a existência de microcomputador nas residências, constatou-se que 12,6% dos domicílios tinham este bem. O crescimento de 2001 para 2002 no número de moradias com microcomputador foi extremamente elevado (15,1%) e muito superior aos constatados para os demais bens duráveis. A elevação no número de domicílios com computador ligado à Internet foi ainda mais acentuada (23,5%). Em 2002, a proporção de domicílios com computador situou-se em 14,2% e daqueles ligados à internet, em 10,3%.

A Região Sul continuou detendo os maiores percentuais de domicílios com rádio, máquina de lavar roupa e *freezer* e a Região Sudeste as mais elevadas proporções de moradias com geladeira e televisão. Os resultados da Região Centro-Oeste vieram em seguida aos dessas duas. Cabe destacar que o percentual de domicílios com *freezer* da Região Sul manteve-se bastante distanciado dos referentes às demais.

## Composição e mobilidade populacional

O acompanhamento da evolução da estrutura etária do País continuou mostrando o paulatino envelhecimento da população, resultante da redução da fecundidade associada à queda da mortalidade. O estreitamento da base da estrutura etária pode ser percebido na evolução da participação dos grupos quinquenais mais jovens. Em meados da década de 1980, o grupo de 0 a 4 anos de idade deixou de ser o maior e, em 1992, o grupo de 10 a 14 anos de idade superou os dois anteriores. Com o prosseguimento deste processo, em 2001, o grupo de 15 a 19 anos de idade suplantou, claramente, os três primeiros, mas a sua proporção na população já começava a diminuir. Em 2002, o grupo de 15 a 19 anos de idade ainda era o maior, mas o seu percentual na população continuou em queda. No outro extremo da

**Tabela 3 - Percentual de pessoas de menos de 20 anos de idade na população residente, segundo os grupos de idade - Brasil - 1981/2002**

Grupos de idade	Percentual de pessoas de menos de 20 anos de idade na população residente (%)					
	1981	1986	1992	1997	2001	2002
<b>Total</b>	<b>49,0</b>	<b>46,6</b>	<b>43,9</b>	<b>41,4</b>	<b>38,8</b>	<b>37,9</b>
0 a 4 anos	13,4	12,4	10,6	9,7	9,2	8,7
5 a 9 anos	12,4	12,5	11,5	10,2	9,5	9,5
10 a 14 anos	11,9	11,4	11,7	10,9	9,8	9,7
15 a 19 anos	11,4	10,3	10,1	10,6	10,3	10,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

estrutura etária, o grupo de idosos vem gradualmente aumentando a sua participação na população.

De 1992 para 2002, houve diminuição no número de crianças e crescimento no de idosos. Nesse período, a participação do grupo de 60 anos ou mais de idade passou de 7,9% para 9,3%. A evolução do processo de envelhecimento da população também pode ser acompanhada por meio do indicador que relaciona o número de pessoas de 60 anos ou mais de idade para cem crianças de 10 anos ou mais de idade. Este indicador estava em 35,6, em 1992, passou para 43,5, em 1997, e atingiu 51,2, em 2002.

A Região Sudeste manteve a estrutura etária mais envelhecida, vindo logo em seguida a da Sul. A Região Norte urbana permaneceu com a estrutura etária mais jovem e a Região Nordeste, refletindo seu maior nível de fecundidade, inferior apenas ao da Região Norte, deteve a segunda maior participação de crianças de menos de 10 anos de idade e, devido ao seu histórico processo de emigração, apresentou a terceira maior participação de idosos de 60 anos ou mais de idade.

Como resultado da mortalidade diferenciada por gênero, constatou-se um excedente feminino na composição da população, o que se torna mais evidente nas idades mais elevadas. Em 2002, a parcela feminina representava 56,0% do contingente de pessoas de 60 anos ou mais de idade. Este indicador foi mais elevado na Região Sudeste (57,3%), vindo em seguida o da Região Sul (56,7%).

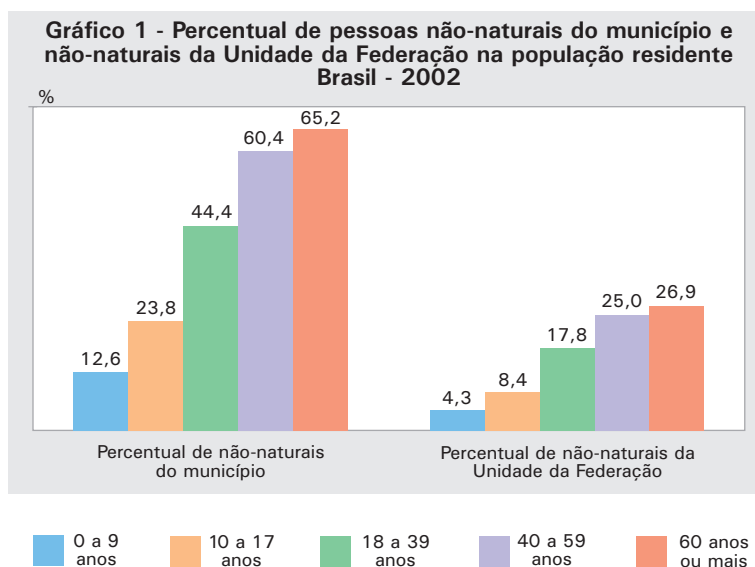
De 1992 para 2002, o número médio de pessoas por domicílio passou de 4,0 para 3,6. Um dos fatores determinantes da tendência de queda deste indicador foi a progressiva diminuição no número médio de filhos por mulher. O número médio de pessoas por domicílio foi menor nas residências em que a pessoa de referência era do sexo feminino.

A parcela dos domicílios com um único morador também apresentou tendência ascendente. Em dez anos, o percentual de domicílios com um único morador aumentou de 7,4% para 9,7%.

Em 2002, as pessoas brancas representavam 53,3% da população do País e as pardas, 40,5%. Em termos regionais, a composição por cor ou raça é bastante diferenciada, refletindo a origem das várias correntes migratórias que se distribuíram de formas diversas no Território Nacional. Em 2002, as pessoas brancas constituíam 63,2% da população da Região Sudeste, sendo esta proporção inferior apenas à da Região Sul (82,7%). As pessoas de cor parda predominavam nas Regiões Norte urbana (66,8%), Nordeste (63,9%) e Centro-Oeste (50,1%).

Como resultado dos movimentos migratórios, as pessoas não-naturais do município de residência representavam 40,6% da população do País e as não-naturais da Unidade da Federação de moradia, 16,2%. Em termos regionais, a composição da Região Nordeste mostra os efeitos das saídas históricas de sua população em busca de condições de vida melhores em outras áreas do País, e as das Regiões Centro-Oeste e Norte urbana, os reflexos das correntes migratórias que receberam nas últimas décadas. Cabe lembrar que os resultados apresentados para a Região Norte refletem somente os movimentos ocorridos em sua parcela urbana. Em 2002, a proporção de pessoas não-naturais da Unidade da Federação de residência ficou em apenas 7,7% no Nordeste e situou-se em 36,2% no Centro-Oeste.

Os migrantes apresentam estrutura etária mais envelhecida em decorrência de as levas migratórias apresentarem maior concentração em pessoas adultas que se deslocam, principalmente, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Com o aumento da faixa de idade, verifica-se progressivo crescimento na proporção de migrantes.



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2002: microdados, Rio de Janeiro: IBGE, 2003. CD-ROM.

As pessoas de 18 a 59 anos de idade constituíam 53,9% na população de naturais da Unidade da Federação e 71,4% na de não-naturais. Em decorrência de sua mais elevada proporção de adultos jovens e de meia-idade, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) do contingente de migrantes superou o dos não-migrantes. Em 2002, o nível da ocupação situou-se em 54,9% para as pessoas naturais da Unidade da Federação de residência e alcançou 59,1% para as não-naturais.

## Situação educacional

Os indicadores referentes ao período de 1992 a 2002 mostraram que houve avanço expressivo na situação educacional do País.

O confronto dos resultados de 1992 com os de 2002 indicaram que houve melhoria acentuada no nível da escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Considerando as faixas de idade em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o ensino pré-escolar, o fundamental e o médio, verificou-se que, em dez anos, a parcela que não freqüentava escola diminuiu de 46,1% para 22,8% no grupo de 5 e 6 anos de idade, de 13,4% para 3,1% no de 7 a 14 anos de idade, e de 40,3% para 18,5% no de 15 a 17 anos de idade.

A inserção das crianças e adolescentes na população estudantil aumentou em todas as regiões no período de 1992 a 2002, sendo que o nível

da escolarização do total da população de 5 a 17 anos de idade da Sudeste ainda manteve-se mais alto que os das demais. Entretanto, em 2002, a taxa de escolarização do grupo etário de 7 a 14 anos da Região Sul alcançou o patamar daquela da Região Sudeste.

**Tabela 4 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo os grupos de idade Brasil - 1992/2002**

Grupos de idade	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Total</b>						
1992	24,2	19,0	28,8	20,4	26,2	22,7
1997	15,5	14,8	18,1	12,8	16,2	16,8
2002	9,7	11,2	10,4	8,2	11,1	11,1
<b>5 ou 6 anos</b>						
1992	46,1	40,3	43,3	44,4	57,7	49,3
1997	33,4	28,4	30,2	32,7	39,8	40,8
2002	22,8	26,2	19,6	19,7	32,3	30,7
<b>7 a 14 anos</b>						
1992	13,4	11,1	20,3	9,1	11,6	10,8
1997	7,0	8,1	10,6	4,5	5,1	6,8
2002	3,1	4,8	4,2	2,2	2,1	2,9
<b>15 a 17 anos</b>						
1992	40,3	27,6	43,7	36,8	47,6	38,4
1997	26,7	24,1	30,7	22,6	29,6	28,9
2002	18,5	18,1	20,1	16,2	21,2	19,7

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclui as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Os programas sociais voltados para a educação encontram-se entre os fatores que contribuíram para o aumento da taxa de escolarização das crianças e adolescentes. Conforme foi constatado na Pesquisa sobre Trabalho Infantil da PNAD de 2001, na população de 5 a 17 anos de idade, 15,5% estavam inscritas ou eram beneficiárias de programa social voltado para educação, sendo que no grupo etário de 7 a 14 anos este percentual atingiu 21,9%.

O aumento da inserção das crianças e adolescentes na população estudantil propicia a aproximação das taxas de escolarização masculina e feminina. No contingente de menos de 18 anos de idade, as taxas de escolarização masculina e feminina da parcela de 15 a 17 anos de idade, que se encontravam bastante afastadas no início da década de 1990, ficaram próximas em 2002. Em dez anos, o percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 15 a 17 anos de idade declinou de 43,2% para

18,7%, no contingente masculino, e de 37,5% para 18,3%, no feminino. No grupo de 5 a 9 anos de idade, as taxas masculina e feminina ainda apresentaram distanciamento considerável.

**Tabela 5 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1992/2002**

Grupos de idade	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade (%)			
	1992		2002	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Total</b>	<b>25,5</b>	<b>22,8</b>	<b>10,2</b>	<b>9,3</b>
5 ou 6 anos	47,1	45,1	23,9	21,7
7 a 14 anos	14,4	12,4	3,4	2,7
15 a 17 anos	43,2	37,5	18,7	18,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A rede pública de ensino atendia a grande maioria dos estudantes de 5 anos ou mais de idade (81,5% em 2002), entretanto, a cobertura era nitidamente diferenciada em função do nível do ensino. Em 2002, freqüentavam escola pública 28,2% dos estudantes do ensino superior, 83,3% do médio, 89,7% do fundamental e 74,8% do pré-escolar.

Em termos regionais, as maiores diferenças na proporção de estudantes em escola da rede pública ocorreram no ensino superior. Enquanto no Sudeste apenas 19,4% dos estudantes do ensino superior freqüentavam escola pública, no Nordeste eram 49,4%. O menor percentual de estudantes em escola da rede pública no ensino pré-escolar foi o da Região Centro-Oeste (69,7%). No ensino fundamental e no ensino médio, os resultados deste indicador do Sudeste e Centro-Oeste ficaram próximos e abaixo dos referentes às demais regiões.

No contingente de crianças e adolescentes, verificou-se que, em 2002, o percentual de estudantes que freqüentavam escola da rede pública no grupo de 5 e 6 anos de idade (75,8%) foi muito menor que nos de 7 a 14 anos de idade (87,7%) e 15 a 17 anos de idade (86,5%), refletindo a cobertura dos níveis de ensino em que a maioria dos componentes de cada um destes grupos etários se inseria.

O aumento da escolarização das crianças e adolescentes vem contribuindo fortemente para a redução do analfabetismo e elevação do nível de instrução da população.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade caiu de 16,4%, em 1992, para 10,9%, em 2002. Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, em que se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo baixou de 12,4%, em 1992, para 3,8%, em 2002. No Nordeste, este indicador estava em 29,0%, em 1992, e decresceu para 8,6%, em 2002. Apesar

do extraordinário avanço, este último resultado ainda ficou muito distanciado do patamar alcançado nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

**Tabela 6 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e de 10 a 14 anos de idade, por Grandes Regiões - Brasil - 1992/2002**

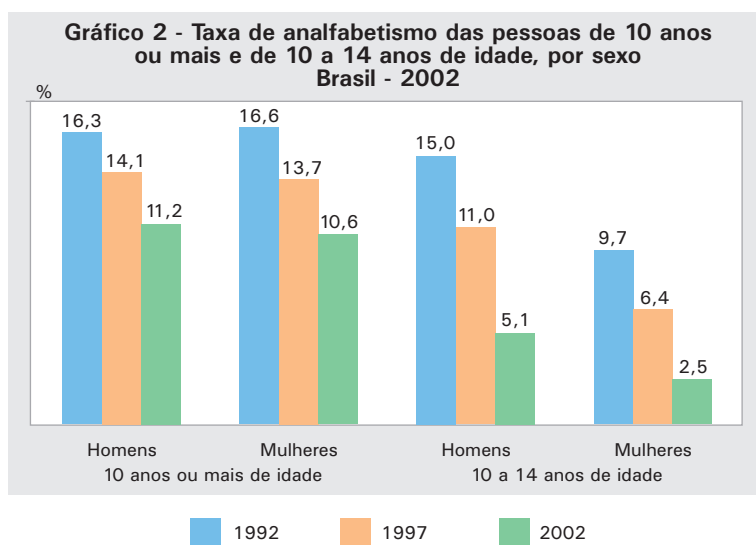
Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Total</b>						
1992	16,4	12,6	34,6	9,9	9,2	13,1
1997	13,9	11,8	28,0	7,8	7,4	11,2
2002	10,9	9,1	21,4	6,5	6,1	8,7
<b>10 a 14 anos de idade</b>						
1992	12,4	10,3	29,0	3,6	2,6	5,9
1997	8,7	7,5	21,1	1,8	1,5	3,9
2002	3,8	4,7	8,6	1,2	1,0	1,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em decorrência das diferenças verificadas ao longo dos anos no nível de escolarização masculina e feminina, as taxas de analfabetismo dos homens e mulheres mantiveram nítido distanciamento, embora ambas tenham apresentado tendência de declínio.

De 1992 para 1997, no grupo de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo dos homens declinou de 15,0% para 11,0% e a das mulheres, de 9,7% para 6,4%. Em 2002, este indicador do contingente masculino alcançou 5,1% e o do feminino, 2,5%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992, 1997 e 2002.

A contínua elevação do nível de instrução da população pode ser acompanhada pela evolução da proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo, ou seja, que concluíram pelo menos o ensino médio ou nível equivalente. Este indicador passou de 14,1%, em 1992, para 23,4%, em 2002. Na parcela da população ocupada, o nível de instrução permaneceu mais alto, tendo o contingente com pelo menos o ensino médio concluído, crescido de 18,4%, em 1992, para 30,7%, em 2002.

Em decorrência de a taxa de escolarização feminina ter permanecido mais elevada, o nível de instrução das mulheres manteve-se em patamar nitidamente mais alto que o dos homens. Em 2002, a proporção de mulheres que concluíram pelo menos o ensino médio ou nível de instrução equivalente (11 anos de estudo ou mais) atingiu 24,9%, situando-se 3,2 pontos percentuais acima da referente à população masculina. Ademais, a disparidade entre o nível de instrução dos dois gêneros mostrou-se muito mais acentuada na população ocupada, pois o interesse feminino em ingressar no mercado de trabalho tende a aumentar com a elevação do seu nível educacional.

**Tabela 7 - Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo Brasil - 1992/2002**

Ano	Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
1992	14,1	13,4	14,7	18,4	15,9	22,4
1997	17,0	15,9	18,1	22,9	19,4	28,3
2002	23,4	21,7	24,9	30,7	26,4	36,8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Exclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Outro indicador que possibilita acompanhar a evolução do nível de instrução da população é o número médio de anos de estudo. Para a população 25 anos ou mais de idade (ou seja, aquela que seguindo o curso normal da escolarização já teria idade mais que suficiente para ter concluído o nível superior), o número médio de anos de estudo subiu em 1,1 anos de estudo de 1992 para 2002, enquanto na população de 10 anos ou mais de idade a elevação foi de 1,9 anos de estudo, refletindo o efeito da crescente escolarização das crianças e jovens. Comparando os resultados deste indicador por grupos etários, verificou-se que o seu máximo encontrava-se no grupo de 20 a 24 anos de idade. Neste grupo etário, o número médio de anos de estudo passou de 6,3 para 8,2, de 1992 para 2002.

O nível de instrução da população ocupada permaneceu mais alto que o do total das pessoas de 10 anos ou mais de idade.

Na população de 10 anos ou mais de idade, o número médio de anos de estudo do gênero feminino foi maior que o do masculino. A comparação por faixa etária mostrou que, em 1992, este indicador da população masculina era menor que o da feminina nos grupos das idades abaixo de 40 anos, ficando maior nos seguintes. Em 2002, o número médio de anos de estudo dos homens passou a ser suplantado pelo das mulheres nos grupos das idades inferiores a 50 anos.

**Tabela 8 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, segundo os grupos de idade Brasil - 1992/2002**

Grupos de idade	Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
<b>10 anos ou mais</b>						
1992	4,3	4,2	4,4	5,3	5,1	5,7
2002	6,2	6,1	6,4	6,9	6,5	7,5
<b>20 a 24 anos</b>						
1992	6,3	6,0	6,7	6,3	5,8	7,2
2002	8,2	7,8	8,6	8,3	7,6	9,2
<b>25 anos ou mais</b>						
1992	5,0	5,0	4,9	5,4	5,2	5,7
2002	6,1	6,1	6,2	6,7	6,4	7,3

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A Região Sudeste continuou detendo o nível de instrução mais elevado, vindo em seguida o da Sul e, depois, o da Centro-Oeste, ficando o da Região Nordeste nitidamente mais baixo. Considerando o número médio de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade em 2002, o resultado da Região Nordeste (4,9) ficou muito afastado dos referentes às Regiões Sudeste (6,9), Sul (6,7) e Centro-Oeste (6,5).

Também na parcela da população ocupada, o nível de instrução da Região Sudeste manteve-se na liderança e o da Região Nordeste ficou distanciado daqueles das Regiões Sul e Centro-Oeste.

## Situação do mercado de trabalho

De 2001 para 2002, o número de pessoas ocupadas cresceu 3,6%, superando todos os aumentos anuais ocorridos de 1992 a 2001. Este forte crescimento fez com que o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) apresentasse recuperação em relação ao do ano anterior.

O acompanhamento da evolução do nível de ocupação a partir de 1992 mostrou que este indicador apresentou sensível redução de patamar em 1996. Em 2002, o nível da ocupação, apesar da melhoria, ainda ficou afastado do patamar em que se situava na primeira metade da década de 1990.

No período de 1992 a 2001, o nível da ocupação da população masculina manteve tendência de queda, com nítida retração em 1996. O resultado de 2002 (67,8%) foi maior que o do ano anterior, mas situando-se ainda distante do alcançado em 1992 (72,4%). Este indicador da população feminina, apesar de ter apresentado, também, retração de nível em 1996, já mostrava recuperação em 1999. Na população feminina, o nível da ocupação atingiu 44,5%, em 2002, praticamente alcançando o de 1995 (44,6%), que foi o mais alto desde 1992. Estes resultados mostram que a tendência crescente de ingresso feminino no mercado de trabalho, que foi acentuada na década de 1980 e se manteve até 1995, retomou o seu impulso.

**Tabela 9 - Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência, na população de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 1992/2002**

Sexo	Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na população de 10 anos ou mais de idade (%)								
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002
<b>Total</b>	<b>57,5</b>	<b>57,3</b>	<b>57,6</b>	<b>55,1</b>	<b>55,4</b>	<b>54,8</b>	<b>55,1</b>	<b>54,8</b>	<b>55,7</b>
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,5

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A taxa de desocupação passou de 9,4%, em 2001, para 9,2%, em 2002, e a da população feminina permaneceu mais elevada que a da masculina, sendo mais um indicativo da forte pressão das mulheres para ingressar no mercado de trabalho.

Considerando as categorias de posição na ocupação, de 2001 para 2002, a parcela que apresentou o menor crescimento foi a dos trabalhadores domésticos (2,7%) e a que mais se expandiu foi a dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (7,5%), ambas as categorias de predominância feminina.

Em 2002, foi implantada na PNAD a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE-Domiciliar -. Esta classificação apresenta diferenças marcantes em relação à utilizada até 2001. Para possibilitar o acompanhamento da evolução da população ocupada nos grandes segmentos da economia, buscou-se estabelecer uma compatibilização entre as duas classificações que resultasse em uma aproximação satisfatória. Foi possível recompor, com boa aproximação, a composição dos grupamentos de atividade definidos para a divulgação dos resultados a partir de 2002 (notas técnicas), para ser aplicada aos dados dos anos anteriores da pesquisa e possibilitar a comparação.

De 2001 para 2002, a taxa de crescimento da população ocupada em atividade agrícola foi muito inferior à da não-agrícola. Contatou-se, ainda, que o aumento no total do pessoal ocupado em atividade agrícola foi devido à sua componente feminina, uma vez que a masculina permaneceu praticamente inalterada. Em atividade não-agrícola a elevação no contingente feminino superou a ocorrida no masculino.

A participação das pessoas em atividade agrícola na população ocupada manteve a sua histórica tendência descendente, situando-se em 20,6%, em 2002. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo e, em seguida, os trabalhadores não-remunerados foram as parcelas que apresentaram crescimento substancial de 2001 para 2002. Entretanto, o aumento constatado no número de trabalhadores na produção para o próprio consumo foi consideravelmente maior que no de não-remunerados. O crescimento no contingente dos trabalhadores para o próprio consumo foi devido à sua parcela feminina, uma vez que a masculina diminuiu. O número de trabalhadores por conta própria também apresentou variação positiva, embora inexpressiva.

De 2001 para 2002, no grupo dos empregados em atividade agrícola, o número de pessoas com carteira de trabalho assinada apresentou aumento insignificante e o de pessoas sem carteira de trabalho assinada, pequena queda.

No grupo dos empregados em atividade não-agrícola, verificou-se que tanto o contingente das pessoas com carteira de trabalho assinada como o dos empregados sem registro apresentaram crescimento relevante de 2001 para 2002, sendo o percentual de aumento maior no último. Na parcela do emprego registrado formada pelos militares e funcionários públicos estatutários (que constitui a menor parcela dos empregados), o aumento foi reduzido e resultou da expansão da parcela ocupada da esfera municipal (11,2%). Na esfera federal a queda alcançou 6,7%, enquanto no grupo dos funcionários públicos estaduais a baixa foi pequena (1,1%). Em dez anos, a participação da parcela municipal na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários subiu de 24,0% para 40,2%, enquanto a da federal caiu de 16,0% para 11,1% e a da estadual, de 53,5% para 44,5%.

Nos grupamentos de atividades não-agrícolas, de 2001 para 2002, houve redução de pessoal apenas no de alojamento e alimentação. Dentre os que tiveram aumento, o grupamento que apresentou menor crescimento foi o da indústria.

No grupamento da indústria de transformação, o contingente de empregados com carteira de trabalho assinada, que se concentra fortemente em empreendimentos de maior porte, apresentou variação insignificante de 2001 para 2002. O crescimento observado na indústria de transformação foi devido à expansão no número de empregados não-registrados e, também, das demais posições na ocupação, indicando que foi sustentado pelos segmentos menos organizados da atividade industrial.

O grupamento da construção apresentou crescimento marcante de 2001 para 2002, e a expansão ocorreu tanto na categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada como na dos trabalhadores por conta própria. O aumento verificado no número de empregados com carteira de trabalho assinada pode ser visto como um indicativo de expansão da atividade no segmen-

to dos empreendimentos maiores, que são os que agregam a maioria desta categoria. Já a elevação no número de trabalhadores por conta própria permitiu perceber que houve expansão no segmento das pequenas obras, reformas e instalações.

De 2001 para 2002, houve aumento substancial no pessoal ocupado no comércio e reparação, mantendo a tendência ascendente deste grupamento. Houve expansão tanto no contingente dos empregados com carteira de trabalho assinada como nos dos empregados não-registrados, trabalhadores por conta própria e pequenos empregadores.

De 2001 para 2002, o contingente ocupado no grupamento dos serviços domésticos teve alta de 2,7%. A sua maior parcela, formada por pessoas sem carteira de trabalho assinada, apresentou aumento de 3,1%, que foi muito superior ao pequeno acréscimo (1,6%) constatado na parcela dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Esta última taxa de crescimento do emprego registrado foi a menor do período de 1992 a 2002. Até 2001, o percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada na categoria dos trabalhadores domésticos vinha em tendência de crescimento. Este percentual, que estava em 17,5%, em 1992, passou de 26,1%, em 2001, para 25,8%, em 2002.

O pessoal ocupado no conjunto dos demais grupamentos dos serviços apresentou aumento expressivo de 2001 para 2002, mantendo a sua trajetória ascendente. Neste conjunto, os empregados com carteira de trabalho assinada e não-registrados apresentaram alta acentuada.

A estrutura da atividade econômica é bastante distinta regionalmente, o que se reflete na composição da população ocupada. Considerando as atividades econômicas agrupadas em cinco segmentos e sem envolver as informações da Região Norte, os resultados de 2002 mostraram que os percentuais de pessoas ocupadas no segmento agrícola das regiões ficaram nitidamente afastados entre si (variando de 36,6% na Região Nordeste a 10,6% na Sude-

**Tabela 10 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2002**

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
<b>Total (2)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Agrícola	20,6	9,6	36,6	10,6	24,3	17,6
Indústria	14,2	13,0	9,0	17,1	17,4	10,8
Construção	7,1	8,8	5,9	7,9	6,5	7,7
Comércio e reparação	17,2	22,2	15,6	17,8	15,9	18,9
Serviços	40,6	45,8	32,7	46,4	35,6	45,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Inclusive as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. (2) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não declarada.

te). No segmento da indústria, as participações das Regiões Sudeste (17,1%) e Sul (17,4%) ficaram muito próximas e em nível mais alto que as das Regiões Nordeste (9,0%) e Centro-Oeste (10,8%). No grupamento dos serviços, também foram constatados dois níveis, ficando os percentuais das Regiões Sudeste (46,4%) e Centro-Oeste (45,0%) no mais elevado e mais próximos que os das Regiões Sul (35,6%) e Nordeste (32,7%). Nos segmentos da construção e do comércio e reparação, os percentuais das quatro regiões ficaram menos afastados.

As populações ocupadas masculina e feminina se distribuem de forma bastante distinta nos segmentos da atividade econômica. Em 2002, cerca de dois terços das mulheres ocupadas estavam concentradas em quatro grupamentos de atividade (serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; agrícola; e comércio e reparação), sendo que o maior absorvia 17,4% e o menor, 15,4%. Já na distribuição da população masculina, os quatro maiores grupamentos (agrícola; comércio e reparação; indústria; e construção) reuniam quase 70% dos homens, mas o maior detinha 23,5% e o menor, 11,8%.

Na composição da cada grupamento de atividade por gênero, verificou-se percentual muito reduzido de mulheres no total do contingente ocupado na construção (2,6%), enquanto no total das pessoas ocupadas nos serviços domésticos a parcela feminina representava 92,9%.

**Tabela 11 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2002**

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)			Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência
	Total	Homens	Mulheres	
<b>Total (1)</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>41,3</b>
Agrícola	20,6	23,5	16,5	33,1
Indústria	14,2	15,7	12,2	35,5
Indústria de transformação	13,5	14,6	12,0	36,7
Construção	7,1	11,8	0,5	2,6
Comércio e reparação	17,2	18,4	15,4	37,0
Alojamento e alimentação	3,7	3,2	4,4	48,8
Transporte, armazenagem e comunicação	4,7	7,1	1,2	10,9
Administração pública	4,9	5,4	4,2	35,3
Educação, saúde e serviços sociais	8,9	3,4	16,8	77,7
Serviços domésticos	7,7	0,9	17,4	92,9
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	4,0	2,9	5,5	57,4
Outras atividades	6,6	7,2	5,8	36,0

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(1) Inclusive as pessoas com atividade mal definida ou não declarada.

## Trabalho infantil

Em 2002, no contingente de crianças e adolescente de 5 a 17 anos de idade, 12,6% eram ocupadas.

O número de crianças de 5 a 14 anos de idade ocupadas continuou apresentando tendência de declínio, tendo apresentado redução de 3,8% de 2001 para 2002. A participação das crianças ocupadas no total do grupo etário de 5 a 14 anos de idade passou de 6,8% para 6,5% de 2001 para 2002. Em 1992 este indicador estava em 12,1%.

Constatou-se ainda que o diferencial entre os gêneros foi mantido. De 1992 para 2002, a proporção de crianças ocupadas no contingente de 5 a 14 anos de idade baixou de 16,2% para 8,7% entre os meninos e de 8,0% para 4,3% entre as meninas.

A população ocupada de 5 a 14 anos de idade estava mais concentrada em pequenos empreendimentos familiares, especialmente no setor agrícola, e desenvolvendo trabalhos sem contrapartida de remuneração. Em 2002, a atividade agrícola detinha 59,7% das crianças ocupadas de 5 a 14 anos de idade. No grupo etário de 5 a 9 anos este percentual foi de 75,6% e no de 10 a 14 anos de idade ficou em 57,3%.

Na faixa de 15 a 17 anos de idade, a parcela ocupada passou de 31,5% para 31,8%, de 2001 para 2002. A atividade agrícola detinha 32,3% destes adolescentes ocupados em 2002, percentual abaixo daquele da população de 18 anos ou mais de idade (19,2%).

**Tabela 12 - Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na população de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade, segundo o sexo  
Brasil - 1992/2002**

Sexo	Percentual de pessoas ocupadas na semana de referência na população de 5 a 17 anos de idade (%)				
	Total	Grupos de idade			
		5 a 14 anos			15 a 17 anos
		Total	5 a 9 anos	10 a 14 anos	
<b>Total</b>					
1992	19,6	12,1	3,7	20,4	47,0
2002	12,6	6,5	1,7	11,3	31,8
<b>Homens</b>					
1992	25,4	16,2	5,2	26,9	59,8
2002	16,1	8,7	2,4	15,0	39,9
<b>Mulheres</b>					
1992	13,6	8,0	2,1	13,8	34,2
2002	8,9	4,3	1,0	7,5	23,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

(1) Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

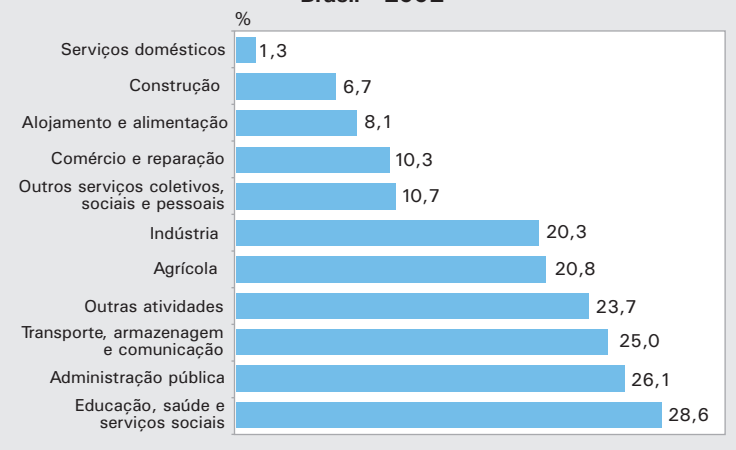
## Sindicalização e cobertura previdenciária

De 2001 para 2002, o número de contribuintes de instituto de previdência, em qualquer trabalho, apresentou elevação considerável (2,4%), mas inferior à constatada para o total da população ocupada. Em decorrência, a proporção de contribuintes de instituto de previdência na população ocupada passou de 45,7% para 45,2%, de 2001 para 2002. Este percentual de 2002 ainda permaneceu acima dos observados durante a década passada, em que o máximo alcançado foi de 44,0%, em 1998, e o mínimo, 42,8%, em 1993.

Os grupamentos de atividade que apresentaram as menores proporções de contribuintes de instituto de previdência foram o agrícola (10,2%), o dos serviços domésticos (28,0%) e o da construção (28,9%).

O nível da sindicalização pouco variou de 1992 a 2002. A participação das pessoas sindicalizadas na população ocupada permaneceu estável de 2001 (16,7%) para 2002 (16,8%). Este indicador mostrou que a sindicalização foi maior no grupamento da educação, saúde e serviços sociais (28,6%), vindo em seguida a da administração pública (26,1%). No outro extremo, a proporção de pessoas sindicalizadas ficou em apenas 1,3% no grupamento dos serviços domésticos e em 6,7% no da construção.

**Gráfico 3 - Percentual de pessoas sindicalizadas na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, por grupamentos de atividade do trabalho principal  
Brasil - 2002**



Fonte: Pesquisa nacional por amostra de domicílios 2002: microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. CD-ROM.

## Situação dos rendimentos

Os efeitos da recessão que se seguiu ao Plano Brasil Novo, instituído em 1990, fizeram com que os rendimentos continuassem em curva descendente até 1992. A política salarial implantada em 1991, que de certa forma protegia as faixas salariais mais baixas, contribuiu para que a concentração dos rendimentos continuasse a cair até 1992. Em 1993, o despontar da recuperação econômica, embora acompanhado de recrudescimento da espiral inflacionária, e uma política salarial mais favorável propiciaram a elevação das remunerações. Este impulso positivo se fez sentir com maior intensida-

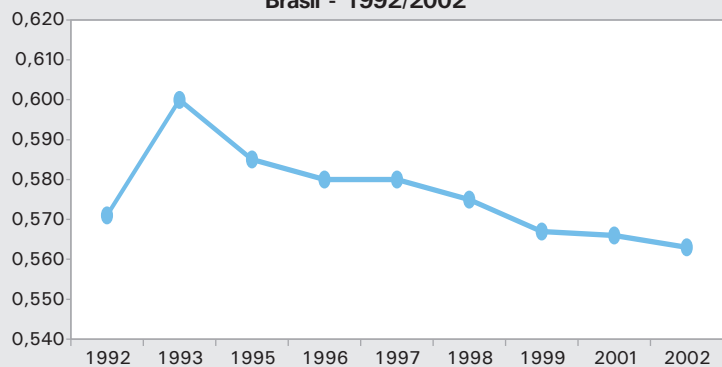
de nas faixas de remuneração mais altas, revertendo o sentido descendente da concentração dos rendimentos.

O Plano Real, instituído em julho de 1994, provocou, de imediato, queda brusca da inflação, propiciou a aceleração do crescimento econômico e a alta dos rendimentos. A indexação ainda mantida neste Plano, que só foi totalmente eliminada em junho de 1995, de certa forma protegeu as categorias de remunerações mais baixas. Os ganhos decorrentes deste período favorável de estabilidade alcançaram a base da distribuição dos rendimentos em 1995, ocasionando retração no grau de concentração das remunerações. Em 1996, passada esta primeira fase do Plano Real, os ganhos reais nos rendimentos ajustaram-se a patamares menores em função da nova realidade de estabilidade da economia e, de uma maneira geral, cresceram de forma inversa ao valor dos rendimentos, reduzindo o grau de concentração das remunerações. As duas crises, decorrentes de perturbações na ordem econômica internacional, ocorridas nos dois anos seguintes, determinaram ajustes na política econômica do País. A primeira crise ocorreu após o período retratado pela pesquisa de 1997, enquanto a segunda foi deflagrada pouco antes da pesquisa de 1998, não sendo captado plenamente o agravamento que causou, uma vez que há uma defasagem entre a ocorrência de impacto na economia e as suas conseqüências no mercado de trabalho e nos rendimentos. As remunerações tiveram reduções pouco expressivas tanto em 1997 como em 1998, e o grau de concentração dos rendimentos, estabilizado em 1997, diminuiu em 1998, em função de ter havido ganhos na metade inferior da distribuição dos rendimentos e pequenas perdas na outra metade, já começando a indicar o impacto recessivo. Os rendimentos atrelados ao salário mínimo, que teve ganho real, foram um dos fatores que ajudaram a sustentar o aumento na metade inferior da distribuição dos remunerações.

Em 1999, começaram a surgir indícios de recuperação na economia, mas houve aumento da inflação que vinha em ritmo de declínio desde a implantação do Plano Real, causando pequena perda real no valor do salário mínimo. Além deste fato, as conseqüências do período recessivo causaram perdas reais nos rendimentos. Em 1999, os rendimentos tiveram substancial redução, que atingiu com intensidade um pouco maior as remunerações mais altas. A participação no total das remunerações retirada do segmento do topo distribuiu-se entre os demais, reduzindo o grau de concentração dos rendimentos. Em 2000, firmou-se o processo de recuperação que foi revertido em 2001, ano em que o racionamento de energia e o crescimento das taxas de juros contribuíram para a desaceleração da economia e a inflação continuou em elevação. Estes fatores causaram, em 2001, perda real, ainda que relativamente pequena nos rendimentos, mantendo a tendência de queda iniciada em 1997. Em valores reais, o salário mínimo de 2001 superou em 15,3% o de 1999, o que contribuiu decisivamente para o pequeno ganho real observado na metade inferior da distribuição das remunerações, pois a faixa que mais concentrava este rendimento apresentou elevada alta. Na metade superior da distribuição dos rendimentos, o sentido foi de redução, que no todo foi pequena, em função da última faixa ter apresentado redução irrelevante, o que implicou em estabilidade no nível da concentração dos rendimentos.

Em 2002, os ajustes feitos em função da crise energética ocorrida no ano anterior ainda se refletiram na economia e a recuperação que começava a se delinear foi afetada pela turbulência na ordem econômica interna desencadeada no período eleitoral. Como consequência, a perda real nas remunerações foi mais evidente que a constatada no ano anterior, sinalizando a continuação da tendência de queda. Ainda que pequeno, o ganho real de 1,4% que o salário mínimo de 2002 apresentou em relação ao do ano anterior ajudou a atenuar as perdas nos segmentos que continham este rendimento. Na distribuição dos rendimentos, a perda na sua metade superior foi um pouco maior que na inferior, o que fez com que a concentração das remunerações de trabalho apresentasse pequena redução.

**Gráfico 4 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de trabalho das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com remuneração de trabalho Brasil - 1992/2002**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2002.

De 2001 para 2002, a perda real entre os 50% dos ocupados com as menores remunerações de trabalho foi de 1,7% e entre os 50% com os maiores rendimentos, de 2,6%.

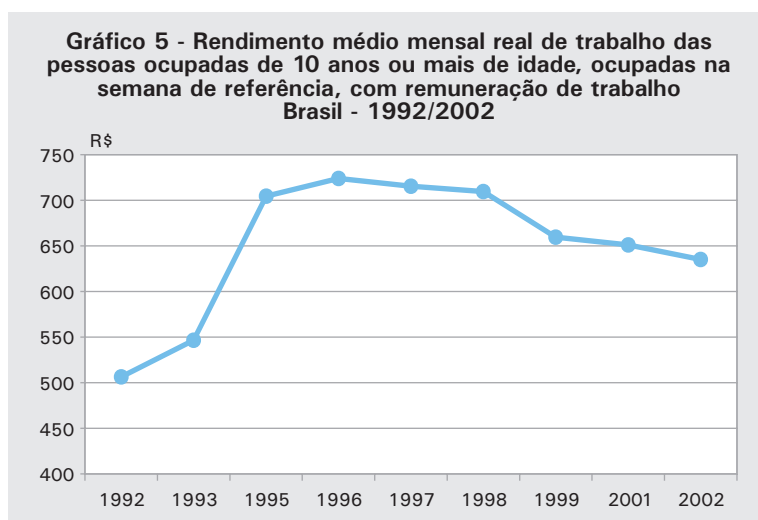
No período de 1992 a 2002, o Índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho atingiu o máximo (0,600), em 1993, e o mínimo (0,563), em 2002.

Do total das remunerações de trabalho, os 10% dos ocupados com os maiores rendimentos detiveram 49,0%, em 1993, e 46,1%, em 2002, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 0,7%, em 1993, e 1,0%, em 2002.

O confronto regional mostrou que o grau de concentração dos rendimentos manteve-se mais elevado no Nordeste e no Centro-Oeste.

A remuneração média real das pessoas com rendimento de trabalho apresentou baixa de 2,5% de 2001 para 2002. Este rendimento de 2002 teve queda de 12,3% em relação ao de 1996, ano em que alcançou seu ponto máximo no período de 1992 a 2002.

De 2001 para 2002, o sentido foi de queda nas remunerações em todas as categorias de posição na ocupação, sendo que a maior redução ocorreu no rendimento dos trabalhadores por conta própria (6,1%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2002.

Em termos regionais, o Nordeste continuou detendo remunerações médias acentuadamente inferiores às das demais regiões.

Os resultados de 2002 mostraram que a defasagem entre os rendimentos dos homens e das mulheres continuou diminuindo, todavia a remuneração média de trabalho do contingente feminino ainda ficou em patamar muito inferior ao do masculino. Em 1992, o rendimento médio das mulheres com remuneração de trabalho representava 61,6% do recebido pelos homens e, em 2002, alcançou 70,2%. Em dez anos, a defasagem entre os rendimentos do trabalho principal dos homens e das mulheres mostrou tendência de redução em todas as posições na ocupação. A diferença entre as remunerações dos homens e das mulheres permaneceu maior na categoria dos trabalhadores por conta própria.

Em 2002, na distribuição das pessoas ocupadas por faixas de rendimento mensal de trabalho, verificou-se que 27,1% ganhavam até 1 salário mínimo e 1,3% recebia mais de 20 salários mínimos.

**Tabela 13 - Percentual do rendimento médio mensal do trabalho principal das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com remuneração do trabalho principal, em relação ao dos homens, por posição na ocupação no trabalho principal - Brasil - 1992/2002**

Ano	Percentual do rendimento médio mensal do trabalho principal das mulheres de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência e com remuneração do trabalho principal, em relação ao dos homens (%)			
	Empregados	Trabalhadores domésticos	Conta própria	Empregadores
1992	82	67	56	72
2002	89	72	67	77

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

Nota: Excluído o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em termos do rendimento mensal domiciliar, que agrega os rendimentos de todas as fontes de seus moradores, a proporção de domicílios com rendimento de até 1 salário mínimo ficou em 12,0% e a dos que estavam na faixa de mais de 20 salários mínimos, em 4,7%. Os maiores percentuais nesta última faixa foram os das Regiões Sudeste (6,1%) e Centro-Oeste (6,2%). Já na faixa com rendimento de até 1 salário mínimo, os mais baixos foram os das Regiões Sudeste e Sul, ambas com 7,2%.